

Comitê dos bancos credores pede retorno do pagamento dos juros

por Paulo Sotero
de Washington

"O comitê de assessoramento dos bancos para o Brasil acredita que uma ação rápida deve ser tomada para normalizar as relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional. Isso inclui a regularização dos pagamentos de juros". Essas duas frases, incluídas no texto de duas páginas que os representantes dos credores privados entregaram ao governo brasileiro, em Nova York, na sexta-feira atrasada, sugerem que as condições colocadas pelos bancos para aceitar uma renegociação da dívida externa são significativamente mais estritas do que indicavam as informações fornecidas, até agora, pelas autoridades econômicas.

Ao vincular a participação dos bancos numa renegociação a acordos entre o governo brasileiro e "as fontes bilaterais e multilaterais de crédito oficial (...) inclusive através de programas com condicionalidades econômicas", o documento estabelece, de forma clara, que um entendimento entre os credores privados e o Brasil passa pelo acordo entre o País e o FMI — que o governo já admite fazer, por força da necessidade de aceitar as contas com o Clube de Paris.

De acordo com fontes financeiras, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que chefiou a delegação brasileira à reunião com os credores, disse ao comitê de bancos que via elementos de interesse comum suficientes, no documento, para se prosseguir na busca de um acordo. Esse esforço começou a ser desenvolvido no início da semana passada.

O embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, um negociador habilidoso e de conhecido trânsito na comunidade financeira internacional, teve várias conversas com banqueiros, em Nova York, entre segunda e quarta-feira passadas.

No fim desta semana, começam a chegar em Nova York funcionários do governo para retomar o diálogo com os bancos. Essas conversas, que serão feitas inicialmente em "grupos de trabalho", devem culminar com uma reunião formal dos representantes brasileiros com o comitê, até o início da próxima semana. Fontes brasileiras e dos bancos credores acreditam que, do resultado desta reunião pode depen-

der a decisão das autoridades bancárias norte-americanas de reclassificar ou não os empréstimos ao Brasil.

Abaixo, a íntegra do documento que os credores entregaram ao governo brasileiro, definindo o que um banqueiro chamou de "a filosofia" que deve estar na base de um acordo:

"O Comitê de assessoramento dos bancos para o Brasil espera continuar o diálogo com o Brasil e registra as declarações feitas por representantes brasileiros de que todos os itens (da proposta que o governo apresentara na semana anterior aos bancos) estão abertos à negociação. Consequentemente, o comitê espera reunir-se com representantes do Brasil de forma contínua para desenvolver um plano concertado de financiamento baseado nos princípios descritos abaixo.

"O comitê reconhece a necessidade do Brasil de retornar aos mercados financeiros internacionais de forma a sustentar um crescimento econômico duradouro. Contudo, o comitê reconhece que a volta do Brasil ao mercado pode ser feita apenas através de um processo que requer a cooperação de muitos participantes. Além disso, o comprometimento total do Brasil a esse processo é crítico para seu sucesso final. Os princípios esboçados abaixo têm a intenção de descrever as bases para a participação da comunidade financeira internacional nesse importante processo.

NORMALIZAÇÃO

"O comitê acredita que ação rápida deve ser tomada para normalizar as relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional. Isso inclui a regularização dos pagamentos de juros.

"O comitê acredita que a única base para o desenvolvimento de um plano concertado de financiamento é um programa econômico viável e um plano de financiamento externo viável, a serem apoiados pela comunidade financeira internacional e pelas fontes oficiais de crédito do Brasil, bilaterais e multilaterais, que incluem o Banco Mundial, o FMI e o Clube de Paris.

O programa econômico e o plano de financiamento externo precisam, cada um deles, ter metas alcançáveis e claramente definidas, e que sejam consistentes com o objetivo maior do retorno do Brasil aos mercados financeiros internacionais.

"Tendo como base um programa econômico e um plano de financiamento externo assim definidos, o comitê acredita que os representantes do Brasil no comitê e as fontes oficiais de crédito, multilaterais e bilaterais, do País devem trabalhar juntos para desenvolver um plano concertado de financiamento para contribuir para o crescimento do Brasil.

"Com efeito, esse plano financeiro deve completar e realçar o programa econômico brasileiro e o plano de financiamento externo. O comitê acredita que, para ser aceito pela comunidade financeira internacional, o plano concertado de financiamento precisa ser — e ser visto como — razoável e realista por todos os participantes e deve incluir uma participação adequada das fontes oficiais de crédito, multilaterais e bilaterais, inclusive através de programas que contêm condicionalidades econômicas. O Brasil deve demonstrar seu comprometimento a seu programa econômico e ao plano de finan-

ciamento externo através de vinculações acordadas entre a parte do plano concertado de financiamento que cabe à comunidade financeira internacional e tais programas (com condicionalidades).

MENU DE OPÇÕES

"A parte do plano concertado de financiamento que couber à comunidade financeira internacional deve apresentar um amplo e inovador menu de opções tanto para dinheiro novo quanto para refinanciamento. Essas opções incluem co-financiamento, reempréstimo, securitização e empréstimos de dinheiro novo, instrumentos alternativos de participação e conversão de dívida em ativos. Adicionalmente, o dinheiro novo e o refinanciamento devem ser (negociados) a preços de mercado.

"O comitê espera continuar a encontrar-se com os representantes do Brasil o mais cedo possível para desenvolver um plano concertado de financiamento e um menu de opções específico."